

Narrativas da vigilância: incorporação do videomonitoramento urbano à produção da verdade jurídica em processos criminais¹

Valentina Fonseca da Luz (UFRGS)

RESUMO

As câmeras de monitoramento têm se disseminado pelas metrópoles brasileiras como estratégia de segurança pública, aprimorando as formas contemporâneas de controle social. Os fragmentos capturados pelas câmeras passaram a integrar também as perseguições criminais, convertendo-se em evidências à condenação ou à absolvição. Tradicionalmente, a forma do discurso jurídico pretende produzir um espaço de impessoalidade e neutralidade como parte do procedimento de construção de uma ritualística da verdade e, por isso, no presente trabalho questiona-se: de que forma as imagens capturadas pela videovigilância urbana em Porto Alegre, ao serem usadas como provas em processos criminais, são apropriadas para a produção da verdade jurídica? A metodologia envolve etnografia documental de acórdãos de julgamento e os resultados preliminares apontam que a posição das imagens varia a depender da narrativa de cada caso, em especial o tipo de crime e a região da cidade que a imagem captura.

Palavras-chave: Videovigilância. Criminalização. Verdade jurídica.

INTRODUÇÃO

As tecnologias de monitoramento tornaram-se parte do aparato estatal, e vêm servindo para aprimorar as formas contemporâneas de controle social. Somente no Rio Grande do Sul, o Departamento de Controle Integrado, vinculado à Secretaria da Segurança Pública, atribuiu diretamente ao videomonitoramento 262 prisões no ano de 2019.² Cada vez mais, reforça-se a convicção nos benefícios da tecnologia de videovigilância para gerar modelos eficazes de prevenção e punição da criminalidade urbana. Esta pesquisa, em fase de desenvolvimento, integra-se ao campo de estudos sobre o funcionamento das instituições de justiça, a produção da verdade e a seletividade do sistema penal, adicionando ao debate um elemento importante na contemporaneidade algorítmica, em que os dispositivos de vigilância se integram sem distinção a diferentes aspectos da vida social.

Considerando: (1) os agenciamentos sociotécnicos produzidos quando essas câmeras passam a operar; (2) as tecnologias de vigilância incorporadas à segurança pública e adotadas como prova judicial; e (3) um processo penal caracterizado pela inquisitorialidade e estruturado por ritos específicos, buscando produzir uma narrativa de condenação/absolvição, este estudo pretende identificar de que forma as imagens capturadas pela videovigilância urbana em Porto Alegre, ao

¹ Trabalho apresentado no VIII ENADIR. GT10. Dinâmicas criminais, práticas de justiça e gestão da punição.

² Disponível em:

<<https://estado.rs.gov.br/videomonitoramento-da-secretaria-de-seguranca-ajudou-a-prender-262-pessoas-em-2019>>.

serem usadas como provas em processos criminais, são apropriadas para a produção da verdade jurídica. Os objetivos secundários do estudo envolvem verificar os critérios de valoração jurídica das imagens de videovigilância em processos de diferentes delitos e observar de que forma as imagens derivadas do videomonitoramento reforçam dinâmicas como o *punitivismo* e a *seletividade penal*.

Por meio desta pesquisa busca-se contribuir ao debate sobre as representações da criminalidade no discurso jurídico, incorporando a essa problemática as provas tecnologicamente produzidas no espaço urbano e situando essas evidências probatórias à produção de uma verdade jurídica. Parte-se como marco teórico da ideia foucaultiana de formas jurídicas e construção narrativa da verdade, segundo o qual o procedimento judiciário conduz uma forma de ordenação do poder que delimita as formas da verdade que cabem nesse contexto (FOUCAULT, 1973). No sistema inquisitório do direito brasileiro, esse aspecto fica ainda mais evidente, pois não afirmam-se fatos, mas supõem-se probabilidades e suspeitos, e organiza-se o rito em busca de provas que possam condená-lo, transformando a suposição em realidade (KANT DE LIMA, 2010).

A metodologia envolve a análise de acórdãos de julgamento de processos criminais em que as câmeras de videomonitoramento urbano foram utilizadas como elementos probatórios. O procedimento de coleta documental partiu da busca por palavras-chave na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e a aplicação da técnica de etnografia de documentos para reconstruir os registros mediados dos acontecimentos descritos na forma burocrática-jurídica (VASCONCELLOS; SILVA, 2013). As unidades de análise foram observadas a partir de elementos comparativos, contrastando o uso do videomonitoramento e analisando as estratégias de produção e enunciação da verdade ao longo da narrativa dos processos. Foram considerados como indicadores de análise os enunciados sobre as imagens, os tipos de câmeras, a região das câmeras na cidade, os delitos enquadrados e a valoração da prova na decisão. Os resultados apontam que a posição dessas ferramentas varia a depender da narrativa de cada caso: ora, dispensadas ante a existência de outras provas, ora colocadas em posição central para reafirmar a “tecnicidade” da condenação. Além disso, apresenta-se uma forte correlação entre delitos julgados e os locais de captura das imagens, como expressão das dinâmicas de seletividade penal (atribuindo a criminalidade a certos sujeitos, em determinados espaços da cidade).

1. TECNOLOGIAS DE VIDEOMONITORAMENTO E PRODUÇÃO JURÍDICA

No contexto do processo penal, as formações discursivas que se apresentam são três: a defesa, a acusação, e um terceiro, externo ao conflito, o magistrado. Como expressa Foucault (1997), a essa figura, do juiz, atribui-se o papel da autoridade do Estado que, ao analisar as provas das partes, enuncia a “verdade” por meio de um discurso pacificador do conflito. Assim, no âmbito

penal, cabe ao juiz valorar as provas apresentadas e utilizá-las, a partir da importância a que lhes atribui, para justificar uma condenação ou uma absolvição. As figuras de controle tomam corpo no interior de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1997, p. 23), expressa pelas figuras de autoridade.

O Código de Processo Penal brasileiro estabelece três formas de produção da verdade: o inquérito policial, o processo judicial e o tribunal do júri. O processo judicial inicia-se com a formalização da acusação, e segue com uma série de procedimentos legais (interrogatório do acusado, depoimento das testemunhas, etc.), até o desfecho com a sentença do juiz, momento no qual a autoridade judicial, após uma avaliação das provas produzidas no processo, toma uma decisão: absolve ou condena o réu. É neste ato que o operador do direito enuncia uma verdade, considerando o debate processual desenvolvido e as provas apresentadas (FIGUEIRA, 2007).

De acordo com Kant de Lima (1995), o ordenamento jurídico brasileiro, no âmbito do processo penal, se caracteriza por uma tradição em que a descoberta da verdade é uma questão fundamental: identificar quem cometeu o delito para que possa ser punido pelo que fez. Trata-se de um sistema denominado *inquisitorial*, no qual se desenvolve um exercício de poder de “descoberta da verdade”. A tradição jurídica inquisitorial contém características próprias, como a gestão da prova pelos magistrados (com a consequente valorização das evidências documentais e transcritas). No sistema de inquérito, a detalhada reconstituição dos fatos, por meio de narrativas, relatos, evidências técnicas, é um dos critérios para realizar a justiça. Essa é uma forma muito específica de verdade, que se constrói pelo que o sistema jurídico denomina *contraditório*, e no qual as provas estão sujeitas ao debate, à valoração específica e à apresentação de contraprovas.

No entanto, a categoria *prova* não tem critérios previamente estabelecidos para valoração nas práticas judiciais e tampouco na legislação, podendo apresentar diferentes significados e importâncias (FIGUEIRA, 2007, p. 15), produzidas pelos operadores ao longo do procedimento. A partir do Código Processual de 1973, inseriu-se no direito brasileiro o sistema de valoração probatória denominado *livre convencimento motivado* ou *persuasão racional*. Com a consolidação desse sistema, a produção e enunciação da decisão pelo juiz criminal passou a envolver os princípios extraídos do artigo 155 do Código de Processo Penal³: a motivação racional (expor os motivos para a decisão), a fundamentação (acolher ou refutar argumentos e relacioná-los à legislação vigente) e o livre convencimento (apreciar os elementos de prova conforme seu entendimento, sem critérios fixos de hierarquização entre evidências). Por isso, algumas provas

³ Art. 155, CPP: O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

possuem maior valor atribuível no processo de criminalização – seja porque são tradicionalmente mais valorizadas pelas autoridades judiciárias, como o testemunho policial, seja porque são capazes de apresentar caráter de oficialidade e racionalidade, como a prova documental. Os resultados do monitoramento tecnológico parecem adentrar o processo penal como mais uma das ferramentas – como outrora foram também a prova testemunhal e os laudos periciais – que garantem amparo ao “discurso de verdade” autorizador da lei para além dela própria (FOUCAULT, 1997, p. 19).

O impacto que a visualidade das imagens capturadas por câmeras de vigilância – ou a transcrição delas, procedimento mais comum em uma cultura jurídica do inquérito – pode ter nessa disputa do contraditório dependerá das estratégias de construção da narrativa: quais agentes apresentarão a prova, sob qual formato ela será submetida ao contraditório e à contraprova, de que forma se integrará ao acervo probatório e se relacionará às demais evidências, como será integrada à enunciação da verdade na sentença. O que há nos autos são discursos sobre a existência ou não do crime de sua autoria, tentativas de reconstituição da realidade. Assim, a imagem levada ao processo não é apenas a imagem da câmera, mas a forma pela qual o direito será capaz de atribuir sentido a essa imagem. No sistema inquisitório, frequentemente isso ocorre transformando-a em documento escrito, de caráter descritivo, com uso da linguagem jurídica.

É própria do campo jurídico a busca pela produção de um espaço de autonomia das ideologias externas ao processo judicial (BOURDIEU, 1996) e, nesse sentido, a inclusão de um meio de prova vinculado à técnica, parece corroborar a busca pelo tom de neutralidade: a lei prevista nos códigos, o procedimento homogêneo, e, também, a prova técnica das câmeras. Nesses artefatos tecnológicos projeta-se a ideia de modelos eficazes de aprimoramento da segurança pública e da responsabilização criminal, parte de uma supervalorização dos meios técnicos. Na tecnicidade das provas, a construção discursiva do processo reforça sua *apriorização*, utilizando todos os marcadores retóricos de impessoalidade, neutralidade e universalidade do procedimento (BOURDIEU, 1989, p. 132), e situando o magistrado sob pretensa imparcialidade para aplicação da “técnica”. Essa forma discursiva, que opta pela neutralidade, é parte do procedimento de construção de uma ritualística da verdade (FOUCAULT, 1973), a ser revelada a partir de uma imparcial aplicação da lei ao caso. Desde o processo grego, aponta Foucault (1973, p. 16), formas culturais como essa desenvolveram-se enquanto estratégias narrativas: formas racionais de elaboração e demonstração da prova, além de formas retóricas e discursivas de persuadir e obter legitimidade sobre a interpretação dos fatos.

2. METODOLOGIA

De acordo com o balanço publicado por Sinhoretto e Azevedo (2018) sobre as pesquisas relativas à violência nas áreas da antropologia e da sociologia, é possível constatar que o estado da

arte no campo do sistema de justiça tem se voltado especialmente aos estudos sobre representações sociais e modelos de justiça. O balanço aponta que ainda há uma lacuna de trabalhos que busquem compreender “permanências e resistências à mudança quanto às novidades em termos de adesão a novos componentes do processo” (p. 5).

Dentre os trabalhos no campo do sistema de justiça, há importantes pesquisas sociológicas e antropológicas dedicadas a compreender a produção da verdade jurídica a partir das representações sociais expressas pelos profissionais do direito, bem como as influências que as provas produzem nos autos, a partir da narrativa produzida (JESUS, 2006; FIGUEIRA, 2007; FACHINETTO, 2012; ALVES, MOREIRA, 2022). De outro lado, os trabalhos que tratam especificamente sobre a incorporação de conteúdos de imagem como meio de prova no campo jurídico apontam para o impacto dessas provas no fazer judicial, considerando uma cultura jurídica marcada pela escrita e pela oralidade, e as dimensões sensoriais específicas que as imagens produzem (SILVA, 2015; MORAES-SILVA, RICCIO, VIEIRA, 2019; BANHATO, 2019; RICCIO, AUGUSTO, VIEIRA, 2021; SALGADO, RICCIO, 2022).

Nessa percepção, a estrutura narrativa típica do campo – que conduz a uma forma específica de verdade, como expõe Foucault – deixa de ser considerada como um elemento de especial relevância à forma pela qual uma imagem poderá ser percebida pelos julgadores. As características observadas em relação aos procedimentos judiciais de análise das provas em vídeo remontam ao debate proposto por Kant de Lima em relação à produção da verdade no sistema inquisitorial e suas formas de produção e valoração probatória. Além disso, características contextuais das câmeras, capazes de informar sobre quais sujeitos e condutas são identificados, também tem sido desconsiderados. Por isso, observa-se uma lacuna no campo dos estudos sobre a justiça criminal no que se refere aos estudos sobre como a incorporação de tecnologias de videomonitoramento, ao integrarem essas estruturas pré-existentes, atualizam as formas de produção da verdade e as dinâmicas de seletividade penal. Neste trabalho, o enfoque está em situar as imagens de vigilância no repertório de crenças dos agentes jurídicos e, por conseguinte, na forma como irão integrá-las à composição narrativa de condenação ou absolvição de sujeitos em procedimentos criminais.

As unidades de análise deste estudo são os processos criminais que utilizam o videomonitoramento como prova e, dentro deles, os acórdãos de julgamento, com foco na observação dos elementos de valoração da prova e de incorporação da imagem à produção da verdade do processo. Os processos foram escolhidos como fonte pela narrativa que evidenciam: a forma pela qual cada instituição de justiça relaciona-se com as provas em vídeo, o discurso produzido a partir das interpretações sobre os fatos e a enunciação de uma verdade como desfecho.

Os acórdãos são as decisões proferidas pelos magistrados de segunda instância, a partir do recurso de uma das partes sobre a sentença de primeiro grau, e incluem os votos do desembargador relator e dos demais membros da câmara, que manifestam-se por acompanhar sua posição ou divergir dela. Tais unidades são observadas a partir de elementos comparativos, contrastando o uso do videomonitoramento para a produção da verdade em diferentes crimes.

Partindo do conceito de verdade jurídica, o modelo de análise do *córpus* empírico deste estudo propõe o desdobramento entre duas dimensões: o papel do videomonitoramento na composição da verdade processual e a utilização desse meio de prova em um sistema de justiça inquisitório e seletivo. Tais dimensões expressam componentes e, esses, indicadores, que são o enfoque da análise dos acórdãos de julgamento: o discurso sobre as câmeras, a descrição das imagens, os enunciados produzidos sobre a visibilidade dos registros, a valoração dessa prova em relação a outras, os tipos de crimes e os locais vigiados. Esse modelo de análise possibilita observar como as imagens reforçam dinâmicas próprias ao julgamento de diferentes tipos penais, como o *punitivismo* e a *seletividade penal* e a variabilidade dessas dinâmicas a depender do tipo de crime julgado. Para isso, empregou-se a técnica de etnografia de documentos para extração das informações e investigação dos registros na forma burocrática-jurídica (VASCONCELLOS, SILVA, 2013).

CONCEITO	DIMENSÕES	COMPONENTES	INDICADORES
verdade jurídica	papel da tecnologia de videomonitoramento na composição da verdade	a) papel da prova em vídeo para a enunciação da verdade na sentença	i) discurso sobre a câmera de vigilância nas sentenças
	utilização da prova em vídeo em um sistema de justiça inquisitório e seletivo	a) enunciados sobre a prova em vídeo	i) existência de descrição e/ou transcrição sobre a imagem ii) enunciados sobre a visibilidade e a qualidade da imagem iii) valoração da prova em vídeo em relação a outros meios de prova
		b) incorporação da prova em vídeo às dinâmicas de seletividade	i) tipos de crimes com uso de videomonitoramento ii) locais de registro das imagens

Fonte: elaboração própria.

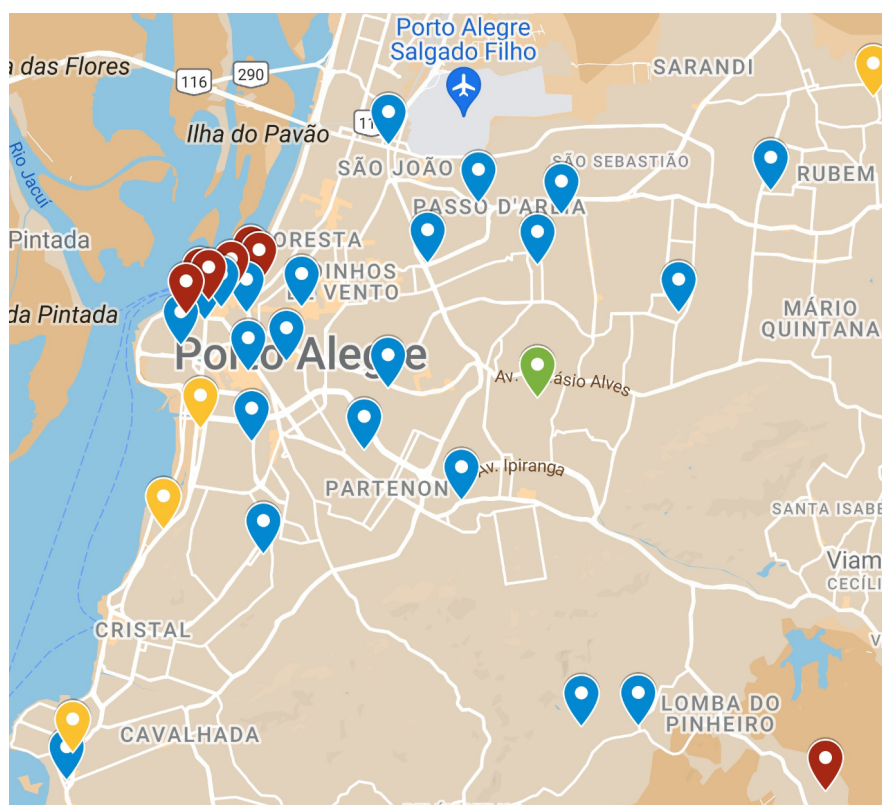
Como expressa Maria Gorete de Jesus (2016, p. 48), os autos podem ser percebidos como “artefatos etnográficos” cuja leitura possibilita a compreensão de sinais reveladores de fenômenos mais gerais, pois as expressões dos agentes jurídicos ali registrados revelam sua compreensão do mundo social e sua posição na produção da verdade. Ainda que limitados pelo formato burocrático, oferecem um panorama das representações institucionais sobre os delitos, os sujeitos e as provas utilizadas (ibidem, p. 50). Nesses documentos oficiais estão inscritas as práticas institucionais e as produções narrativas que encaminham à enunciação da verdade jurídica, evidenciando disputas e valorações sobre as tecnologias de videomonitoramento. Pela leitura e categorização desse material, buscou-se identificar nos processos os padrões, combinações e peculiaridades da narrativa construída em torno das imagens, analisando os “regimes de verificação”, colocados em operação pelas instâncias estatais (FERREIRA, 2015).

Para a extração dos acórdãos de julgamento, foram realizadas duas buscas por palavras-chave no sistema do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Na primeira, utilizou-se a combinação “câmeras e vigilância e prova” e, na segunda, “câmeras e vídeo e prova”, resultando no total em 3.114 resultados. Embora as pesquisas tenham sido realizadas com os filtros para processos criminais na cidade de Porto Alegre, muitos dos resultados não se encaixavam na amostra interessada. Por isso, após análise de 380 processos, somente 40 passaram a integrar a extração. Foram descartados os casos que tratavam de outros tipos de disputas judiciais (discussões cíveis e administrativas), bem como aqueles em que o uso das palavras-chave remetia a outros contextos (câmeras de celulares, provas de outras naturezas, etc.) e a crimes cometidos em outras regiões, fora de Porto Alegre. Desse modo, selecionou-se casos que (i) tratavam de crimes praticados em Porto Alegre; (ii) citavam a existência de câmera no local do crime; (iii) tinham, na fundamentação do acórdão, alusão à câmera, com valoração dessa prova.

3. RESULTADOS

A prova judiciária é apresentada por Foucault (1973, p. 62) como uma forma de ritualizar a disputa, um elemento do jogo de forças processual que, no final (na enunciação da decisão), é conferida de veracidade pela vitória ou fracasso de uma das narrativas em disputa. Nesse sentido, a etnografia dos processos posiciona as provas em vídeo como elementos relevantes no jogo sobre a verdade judicial. Em todos os processos analisados, a decisão refere-se a elementos da imagem como capazes de corroborar, de algum modo, o conjunto probatório. Ou seja, em nenhum dos casos, o vídeo foi citado sem que suas imagens pudessem correlacionar-se de algum modo à narrativa das demais provas, tanto para identificação da autoria delitiva quanto da materialidade do crime. Apesar disso, em apenas um dos casos as imagens integraram a fundamentação de forma direta, sem a mediação de uma transcrição por escrito, estrutura típica do modelo inquisitório.

No que se refere à incorporação da prova em vídeo às dinâmicas de seletividade penal, as características das câmeras estiveram bastante relacionadas ao contexto processual. A partir do cruzamento entre crimes e regiões monitoradas por câmeras na cidade de Porto Alegre, foi possível observar a concentração de registros de crimes de tráfico na região central (pontos em vermelho no mapa), enquanto os crimes patrimoniais (pontos em azul) espalham-se em diferentes zonas urbanas. Já os registros de crimes contra a vida (marcados em amarelo no mapa), estão especialmente localizados nas áreas periféricas. Quanto à fonte das imagens, verifica-se também uma associação entre a fonte da imagem e o tipo de delito: as câmeras de estabelecimentos privados, de transporte coletivo e residenciais estão quase totalmente relacionadas a crimes patrimoniais (furto e roubo), enquanto as de órgãos públicos estão associadas a crimes de tráfico de drogas. As câmeras públicas são todas vinculadas ao Departamento de Comando e Controle Integrado (DCCI) e estão situadas na região central de Porto Alegre, enquanto, entre as câmeras privadas, predominam as vinculadas a estabelecimentos comerciais.



Fonte: elaboração própria.

Longe de ser um meio neutro de percepção do real, os agenciamentos produzidos quando as câmeras passam a operar, como o tipo de imagem registrada, o local de instalação, ou as instituições que têm acesso a elas são procedimentos decisórios em um contexto socialmente localizado. Assim, as correlações entre os tipos de crime registrados em cada região e tipo de câmera acabam por impactar também a relevância das imagens como provas processuais. Os crimes de tráfico de drogas, por exemplo, vinculados às imagens da polícia, trazem narrativas similares entre si: partindo

das imagens, os policiais identificam determinados comportamentos e deslocam-se ao local para efetuar a prisão. Essa estrutura, nos processos, mistura elementos de prova dos testemunhos policiais às imagens das câmeras, que se observam nos acórdãos sob a seguinte forma: “narrativa dos policiais coesa e confirmada na íntegra pelos vídeos da mídia juntada aos autos, os quais não deixam dúvidas de que o réu estava a traficar”, “a ação delituosa restou gravada por uma câmera de monitoramento, tendo os policiais confirmado que X é um dos indivíduos que aparece nas imagens” e “os agentes de segurança referem ter agido prontamente, após o recebimento do vídeo, e ter encontrado o apelante no mesmo local, com vestimentas semelhantes, estando certos da identificação”.

Na prática, o uso de novas formas de obtenção de provas não parece modificar (a despeito da suposta precisão da técnica, segundo o discurso da segurança pública) a estrutura discursiva na narrativa judiciária, mas acrescenta um novo elemento justificador da verdade. Na verdade, a posição dessas ferramentas varia a depender da narrativa de cada caso: ora, dispensadas ante a existência de outras provas (em trechos como: “o vídeo juntado aos autos nada esclarece quanto à atuação do réu, não sendo possível sequer identificá-lo” e “em análise atenta às imagens, verifica-se que a pessoa permanece por todo o tempo de costas e que, independente disso, seu rosto não pode ser visualizado pela posição do boné em sua cabeça, que cobre sua face. Ou seja, não há como constatar os traços da fisionomia da pessoa”), ora colocadas em posição central para reafirmar a “tecnicidade” da condenação (em fragmentos como: “a ação foi registrada por imagens de câmeras de segurança, ao que o réu foi identificado. A autoria do delito é certa, e não há insurgência no ponto”, “as câmeras de segurança locais, bem como a própria versão de X e de Y não deixa dúvidas da participação de todos nos fatos” e “inegável, portanto, a atividade criminosa do réu, respaldada pelas imagens obtidas das câmeras de vigilância do coletivo”). Nesse aspecto, a *visibilidade* é o elemento central para a variação entre narrativas, mesmo em relação a câmeras de mesma fonte e de qualidade similar (como é o caso daquelas controladas pelo Departamento de Controle Integrado do Rio Grande do Sul): em alguns casos as câmeras “demonstram claramente” e, em outros, “a falta de nitidez prejudica comparações”.

4. CONCLUSÃO

Tradicionalmente, o processo judicial se estrutura pela narrativa da busca por uma “verdade” dos fatos (FOUCAULT, 2002); no processo criminal, porém, acrescenta-se nova dimensão: a do Estado Punitivo. O Direito Penal, que garante ao Estado a possibilidade de intervir legitimamente na liberdade individual dos cidadãos, também opera como instrumento de manutenção da ordem social e é fortalecido tanto mais quanto as estratégias de controle se proliferam em todos os âmbitos da segurança pública. Sendo o Estado detentor do monopólio da

violência – física e simbólica – e do controle dos corpos, bem como sobre o discurso da liberdade individual e da ameaça de privação desta, o aparato tecnológico é capaz de promover, primeiro, maior controle dos comportamentos e sujeitos indesejáveis, para, em seguida, intensificar a criminalização de condutas atribuíveis a esses grupos.

Ao longo do processo, a forma como as tecnologias – escolhidas, aplicadas e interpretadas pelos agentes de segurança e inseridas na persecução penal por meio de inquéritos policiais – vão ser utilizadas como evidências à condenação depende dos padrões discursivos adotados pelo Estado, representado pelo juiz. Quando os fragmentos capturados pelas câmeras de vigilância passam a compor uma prova mobilizada em processos criminais, isso ocorre por meio dos profissionais envolvidos na produção da justiça, que, nos rituais de julgamento, reportam, contrapõem e valoram as imagens. Os agentes, nos termos bourdieusianos (1996, p. 42), atuam fundados em um sistema adquirido de preferências e princípios que orientam sua percepção e interpretação sobre a realidade. A partir de seus discursos, segundo as regras do campo, conferem importância às provas do processo a depender da narrativa, e os fragmentos captados pelas câmeras podem ser incluídos no processo sob diferentes formas.

Por essa razão, os agenciamentos contidos nas câmeras (loais em que foram instaladas, tipos de crimes que registram, sujeitos identificados), seu regime de visibilidade, e sua integração aos autos como meio de prova são variáveis a depender da narrativa que conduz cada processo. Em todos os casos, as imagens são debatidas nas decisões como elementos relevantes, ainda que para descaracterizar sua credibilidade, pela insuficiência de nitidez e qualidade. Assim, o vídeo é dotado de uma significância, atribuída por seus agentes, como um dispositivo relevante na produção narrativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rodrigo. SINHORETTO, Jacqueline. O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, p. 188-215, 2018.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Papirus editora, 1996.

CARDOSO, Bruno. Todos os Olhos: Videovigilâncias, videovoyeurismos e (re)produção imagética na tecnologia digital. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FACHINETTO, Rochele Fellini. Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo tribunal do júri. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. O ritual judiciário do Tribunal do Júri. Universidade Federal Fluminense, 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto. Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. Dilemas, v. 6 n. 4, p. 549-580, 2013.

KANT DE LIMA, Roberto; MOUZINHO, Glaucia Maria Pontes. Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: entre delações e confissões premiadas. Dilemas, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 505-529, 2016.

MORAES-SILVA, Luís Felipe Leal; VIEIRA, Amitza Torres; RICCIO, Vicente. Análise argumentativa em decisões judiciais de segundo grau: o tratamento da prova em vídeo em tribunais brasileiros. Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, p. 93-108, 2019.

RICCIO, Vicente; TORRES VIEIRA, Amitza, SOUZA, Alexandre; DINIZ GUEDES, Clarissa. Imagem e Retórica na prova em vídeo. RIL Brasília, n. 220, p. 85-103, out./dez. 2018.

AUGUSTO, André Lázaro Ferreira; RICCIO, Vicente; VIEIRA, Amitza Torres. ARGUMENTAÇÃO, IMAGEM E DIREITO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA ANÁLISE DE PROVA EM VÍDEO ANEXADA A UM PROCESSO CRIMINAL MILITAR. Novos Estudos Jurídicos, v. 26, n. 1, p. 228-249, 2021.

SADEK, Maria Tereza. Estudos sobre o sistema de justiça. O que ler na ciência social brasileira. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré/CAPES, 2002.